

## RESOLUÇÃO

### PLENÁRIO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### EM DEFESA DOS SALÁRIOS E PENSÕES, DAS 35 HORAS E DA DIGNIDADE DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores da Administração Pública têm sido alvo de brutais políticas de exploração e empobrecimento e destruição de direitos, levadas a cabo pelo Governo PSD/CDS-PP e por governos que o antecederam. A destruição dos direitos destes trabalhadores, tal como a destruição dos serviços públicos, das funções sociais do Estado e a violação dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa são parte de um assalto a todos os cidadãos e põem em causa o Estado social e a democracia.

As políticas de direita desenvolvidas por vários governos das últimas décadas tiveram como resultado a redução do factor trabalho – ou seja, salários e remunerações – em 3,6 mil milhões de euros só entre 2007 e 2013, enquanto o capital engordou 2,6 mil milhões de euros.

Entre Dezembro de 2011 e Junho de 2014, o número de trabalhadores das Administrações Públicas, devido à aposentação, «rescisões» e despedimentos diminuiu em 59.607, o que corresponde a uma redução de efectivos de 9,7% (superior em 94% ao constante do “memorando da “troika”). Em conjunto, nas Administrações Públicas e Hospitais EPE, a redução de trabalhadores em dois anos e meio atingiu 62.062 trabalhadores e o Governo ainda quer despedir mais 72.000.

Os ganhos médios mensais dos trabalhadores da Administração Pública diminuíram cerca de 10% entre 2010 e Abril de 2014, enquanto o seu poder de compra diminuiu 16%. Estima-se ainda que, como resultado dos congelamentos salariais e de carreiras, dos cortes nas remunerações, nos subsídios, no pagamento de horas extraordinárias e dos despedimentos na Administração Pública, os rendimentos dos seus trabalhadores se tenham reduzido em cerca de 8 mil milhões de euros.

Entretanto, o Governo continua a servir-se ilegalmente de trabalhadores desempregados, através dos Contratos Emprego-Inserção e da generalização da precariedade, para suprir necessidades permanentes e a não respeitar a contratação colectiva que repõe ou mantém as 35 horas, ao mesmo tempo que rouba nos salários e pensões, recusando-se a repor os valores ilegalmente retirados desde 2011.

**Face a esta situação, os trabalhadores da Administração Pública, reunidos em Plenário de Sindicatos, na Casa do Alentejo em Lisboa, a 19 de Setembro de 2014, decidem:**

- Exigir a demissão imediata do Governo, a ruptura com políticas de direita e uma outra política que garanta, entre diversas matérias, as 35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública, o fim do congelamento das carreiras e remunerações e dos roubos nos salários e pensões e a reposição de todos os valores retirados, uma revisão dos salários e pensões para 2015 que garanta um aumento de 3,7% com um mínimo de 50 euros, a

revogação de toda a legislação que reduziu direitos e impôs condições de trabalho tão injustas quanto inaceitáveis bem como o fim dos despedimentos da Administração Pública e da precariedade;

- Participar activamente na quinzena de informação, reivindicação e luta convocada pela CGTP-IN (de 23 de Setembro a 5 de Outubro), com acções nos locais de trabalho como a greve nacional de enfermeiros a 24 e 25 de Setembro, a paralisação dos funcionários judiciais a 26 de Setembro e greves no mês de Outubro, a greve e manifestações dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército a 30 de Setembro, a concentração e manifestação a 2 de Outubro da Administração Local, a jornada nacional de luta dos professores a 5 de Outubro e todas as formas de luta em todos os subsectores da Administração Pública;
- Aprovar a realização de uma grande jornada nacional de luta a discutir com os sindicatos, os trabalhadores e seus representantes até 30 de Setembro, a realizar entre o fim do mês de Outubro e a primeira quinzena de Novembro.

**Lisboa, 19 de Setembro de 2014**

**FCSAP**